

IDENTIDADE ÉTNICA E CULTURAL DE MÃE XANDA NO MUNICÍPIO DE LAFAIETE COUTINHO – BA

PAULO ROBERTO NOGUEIRA SILVA¹
MARIA DE FÁTIMA A. DI GREGORIO²

RESUMO

Este artigo busca compreender como a parteira Alexandrina Constantina da Silva, conhecida como Mãe Xanda viveu no município de Lafaiete Coutinho/BA, exercendo o ofício de parteira, além de representar uma mulher de assistência marcada pelo afeto entre as famílias locais. Recorre-se aqui a metodologia da História Oral (HO) cruzando informações com documentos coletados em instituições locais, pois os mesmos sem dúvidas dão subsídios e suporte para a escrita do trabalho da pesquisa. Autores como Thompson (1992) mostram que a História Oral como metodologia e técnica, pode dar grande contribuição para a reconstituição da memória social, sendo necessário preservar para não cair no esquecimento. Thompson (1992: p 17). Nesse viés, analisar a permanência dos símbolos étnicos na trajetória de Mãe Xanda, reconhecida como uma mulher de matriz africana, viúva, pobre, que construiu sua identidade enfrentando os ditames de grupos hegemônicos criando estratégias de resistência.

Palavras – chave: Mãe Xanda; Identidade; Resistência.

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda o trabalho de uma mulher inserida na ética do partejar e do cuidar, abrange uma atividade social em tempo quando o serviço de saúde era inacessível às mulheres de camadas populares em Lafaiete Coutinho na Bahia. É um estudo de abordagem qualitativa, tem como referencial a utilização da História Oral para se chegar ao caso específico da história, do legado de Mãe Xanda, uma parteira que ganhou visibilidade no município e no seu entorno.

Esta abordagem tem como objetivo geral refletir sobre a história de vida dessa mulher que, apesar de experimentar desvantagens sociais, exerceu a liderança no poder local através do seu trabalho: o partejar e o cuidar de crianças, de mulheres, além de conselheira de muitas pessoas do município. Ademais, complementam os objetivos específicos: registrar dados da história da localidade; enfatizar a liderança feminina na comunidade e reafirmar a identidade étnico-racial, de

¹ Mestrando em Relações Étnicas e Contemporaneidade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - PPGREC/UESB, Esp. em História e Cultura Afro Brasileira e em Educação no/do Campo. Professor da Escola Municipal José Simões de Carvalho. Graduado em História. Pesquisador do GEHFTIM/CNPq. pnogueirasilva@yahoo.com.br

² Doutora em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador/UCSal, Mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO, Especialista em: Planejamento pela Faculdade de Educação da Bahia/FEEBA, Análise do Discurso pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB e Recursos Tecnológicos aplicados à Educação pelo IPAE/RJ, Coordenadora do GEHFTIM/CNPq. Professora Titular da UESB, Campus, Jequié - Bahia - Brasil e UNEB, Campus V, Santo Antonio de Jesus - Bahia - Brasil f_digregorio@hotmail.com

gênero e laboral de uma parteira. Verifica-se ainda a luta das mulheres para vencer dificuldades da maternidade, em uma sociedade patriarcal que lhes asseguravam posições sociais de submissão e inferioridade com privação de direitos. Diante de tais constatações surge a pergunta: Por que o trabalho das parteiras foi tão insignificante do ponto de vista da história?

A investigação se justifica porque as heranças históricas das mulheres foram relegadas por conta de um sistema patriarcal que as mantém na invisibilidade devido à condição de submissão e de inferioridade atribuída, sobretudo às negras, analfabetas e de classe social desfavorecida. Fenômenos arraigados no cotidiano vivido impedem de reconhecer o legado deixado por essa mulher que travou batalhas em várias frentes de parturições, em momentos de carência e falta de recursos elas supriam a ausência quase que total de políticas públicas destinadas à população de classe baixa e enveredaram pelos espaços públicos na função de educar, prover e, principalmente, de cuidar.

METODOLÓGIA

Registrar a história de uma mulher em especial, através da História Oral contada pela população interessou nesse estudo, no sentido de pensar e debater paradoxos existentes entre a história e a memória coletiva, além de registrar e organizar textualmente o acervo oral da localidade. Desse modo, o buscar histórico foi revivido através da análise da trajetória de vida da personalidade destacada na região por pessoas que tiveram familiares beneficiados com a sua atuação.

A História Oral além de acrescentar, traz novas perspectivas para a historiografia, pois o historiador na maioria das vezes necessita de narrações, não apenas de escritos ou documentos para realizar seu trabalho. O documento escrito deixou de ser o repositório exclusivo dos restos do passado, sendo aos poucos valorizada a narração. Os estudos de Thompson (1992) mostram que a História Oral tem se revelado útil na reconstituição de saberes, experiências vividas no cotidiano, auxiliando na compreensão de processos históricos.

“Toda fonte histórica deriva da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas da memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta (THOMPSON”, 1992, p. 197).

Nesta perspectiva, referenciar as fontes orais pressupõe que elas permitem compor parte desta investigação com subsídios nas entrevistas e toda a subjetividade, com uso de questionários aplicados a antigos moradores que participaram, acompanharam ou simplesmente trouxeram à tona uma memória social sobre a vida de Mãe Xanda na localidade e comunidades circunvizinhas.

A pesquisa desenvolveu-se com uma abordagem qualitativa por permitir um exame mais delineado sobre as investigações, posturas e tendências de comportamentos dessa mulher frente à outras. Nesse ínterim, essa investigação aproxima da realidade de uma mulher que exerceu liderança frente a uma comunidade rural. E para, conhecer esse contexto foi necessário se deslocar até a localidade que se caracterizou como o lócus da pesquisa.

As lembranças registradas por meio de entrevistas dos relatos orais e histórias de vida puderam dialogar com as fontes documentais encontradas no local da pesquisa para subsidiar as fontes e compor este estudo. Em relação às fontes, o diálogo entre a história e a antropologia colaboram com as bases teórico-metodológicas, considerando a necessidade de compreender as histórias de vida dentro de uma estrutura fornecida pela cultura que é explicada por Laraia (2009) “como um processo acumulativo, resultante das experiências históricas das gerações anteriores”. Trata-se de disposições legais sobre hipóteses prevenidas por outras disposições resultantes do vivido. Este processo limita ou estimula a ação criativa do indivíduo e salienta o fato de que quando o ser humano vê o mundo através de sua cultura tem como consequência à propensão em considerar o seu modo de vida como o mais correto e natural.

A principal fonte de coleta de dados utilizada é a História Oral, considerando que as pessoas são sujeitas da sua própria história, com esse dispositivo de coleta de dados e recurso que retrata o cotidiano a partir dos critérios de raça/etnia, posição no grupo familiar e o legado deixado. Para nortear as histórias orais também foi utilizada a entrevista, que se desenvolve subjacente a um roteiro básico, sem um padrão rígido.

Os estudos de Pollak (1992) “mostram que no caso das pesquisas de história oral que utilizam entrevistas, sobretudo entrevistas de história de vida, é óbvio se recolher memórias individuais”, ou, se for o caso de entrevistas de grupo, memórias mais coletivas. Na complementação dessa ideia, Alberti (1990) explica que “a História Oral busca registrar impressões, vivências, lembranças de pessoas que se

dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade”, esta permite um conhecimento do vivido mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não seriam conhecidas. A trajetória, as memórias e saberes de Mãe Xanda estão na memória de muitas pessoas, mas com o tempo tendem a serem apagadas e esquecidas.

A memória de um sujeito pode ser a memória de muitos porque possibilita a evidência dos fatos coletivos. Conforme Halbwachs (1990) “a memória é, sobretudo uma (re)construção do passado no presente, contribui também com o debate que distingue memória e história”. Essa diferenciação é fundamental para a compreensão de que a memória não traz à tona os fatos vividos, mas os reconstrói de acordo com o pensamento do tempo presente. Ou seja, o que passou é reconstituído a partir das experiências que o sujeito ao contar ressignifica. Ela tem a capacidade de adquirir, recuperar, armazenar fatos, acontecimentos, nomes de pessoas e instituições, mas há que se atentar para o fato de que não é o passado, mas a reconstituição do passado na atualidade.

A MEMÓRIA E OS RELATOS ORAIS DE ANTIGOS MORADORES

Alexandrina Constantina da Silva, conhecida carinhosamente pelos informantes dessa investigação por Mãe Xanda (1910 – 2006) foi uma mulher negra, simples, sem condições financeiras e viveu no distrito de Três Morros, posteriormente município de Lafaiete Coutinho. Na sua trajetória de vida construiu uma história de quarenta e nove anos de trabalho e é reconhecida, por alguns moradores, como uma das matriarcas mais queridas e amadas do lugar devido ao seu ofício, sua figura marca a história na memória de alguns. Portanto, este trabalho destaca a trajetória e o legado da mulher negra, pobre e identifica as redes de relações e sociabilidades construídas por ela, as posições das hierarquias de classe, gênero e raça/etnia, interpreta os significados dos lugares sociais ocupados no espaço público subalterno e realçam a identidade étnica nas memórias sobre os fazeres e saberes de Mãe Xanda.

Ela exerceu a função de parteira e, para além desse ofício, ajudou famílias, acolheu nas horas de dificuldades e recebeu crianças que chegavam ao mundo, sem atenção e cuidados médicos adequados, por muitas décadas. Portanto, contempla uma história de alguém que viveu e trabalhou em uma localidade, enfrentou as adversidades advindas da falta de recursos, da precariedade

econômica e social, destacando ainda o papel daquela que ajudou outras na atuação e prestação de serviços de parteira daquela população.

Conforme informações de pessoas da família, Mãe Xanda fez mais de um mil partos, encerrando-se suas atividades em Lafaiete Coutinho no ano de 1989, aos 79 anos de idade quando estava idosa e mudou o seu domicílio para a sede do município de Itiruçu, onde fez dois partos de uma sobrinha que residia na referida cidade. Começou a exercer o ofício de parteira aos 30 anos de idade em 1940 após ficar viúva, em uma época que o distrito de Três Morros não tinha estradas e também pelo fato de não ter nenhum veículo automotivo para atender as demandas de deslocamento das parturientes até a cidade de Jequié.

Estudos de Abreu (2005) confirmam que as parteiras tradicionais possuem limitados conhecimentos técnico científicos, principalmente por seu trabalho encontrar-se isolado do serviço de saúde local, realizando-se em meio a dificuldades e falta de equipamentos e infraestrutura. É notório que essas parteiras desenvolvem habilidades que lhes auxiliam na resolução de problemas em partos, tais como: bebê fora da posição, sangramento e febre no parto, eclampsia, dentre outros. O autor cita que as parteiras se preocupam com o bem-estar e o conforto da mulher que assistem, assumem as tarefas domésticas, prestam em geral assistência marcada pelo afeto, calor humano, companheirismo, infunde confiança e segurança. Essas qualidades contribuem para potencializar a força da mulher grávida e ajudara conduzir o parto, cria um ambiente que favorece a evolução do trabalho, além de recepcionar e acolher o recém-nascido.

Para Cotta et al (2020) o parto humanizado tem como função social atribuir valor verdadeiro a um processo humano e natural que compreende desde a gestação ao nascimento. Mesmo com todas as aderências tecnológicas e possível mecanização daquilo que antes só dependia das mãos da parteira e água morna, pode-se chegar ao consenso de que as diferentes dimensões do parto humanizado são possíveis de analisar a partir da qualidade de suas características.

Conforme depoimentos colhidos na região, após fazer o parto, Mãe Xanda mantinha um relacionamento com a família da criança, em muitos casos chamava a parturiente de comadre e as crianças quando cresciam iam à sua casa e pedia-lhe a benção, demonstrando respeito, amor e carinho, apesar de não parentesco consanguíneo. Trata-se de alguém que pode substituir o pai ou a mãe em circunstâncias diversas. “Um parente por consideração é parente na acepção

plena da palavra, com tudo que essa noção implica de mais estrito e profundo". Ao ser a parteira se era escolhida para desempenhar um papel quase que familiar, era difícil escapar, daí surgiam conforme Mattoso (1992, p 174) "novas relações que se tornam tão fortes quanto às de parentesco consanguíneo. É o que os baianos chamam de 'parentesco por consideração' que não deve ser confundido com parentesco por aliança".

Apesar de não ser parente com laços de consanguinidade, era um papel nobre dedicado às parteiras, mulheres humildes e, na maioria das vezes, analfabetas, mas desenvolviam o dom de partejar, ajudavam dessa forma a centenas de pessoas que dependiam de assistência, papel omitido pelo Estado brasileiro, principalmente no que tange a lugares mais longínquos, sobretudo no nordeste do país.

DISCUSSÃO

As parteiras têm um conhecimento ancestral, desenvolvem um ofício de grande relevância social. De acordo com Capiberibe (2002), "as parteiras foram e ainda são mulheres simples com idade entre 18 e 89 anos, a maioria não é alfabetizada". Apesar disso, desenvolvem o dom de partejar por herança de suas ancestrais desde o tempo em que viviam nas senzalas e eram obrigadas a se virar sozinhas.

Dessa forma, por necessidade preservam e mantêm conhecimentos que são passados de geração em geração, atuando em locais em que há extrema falta de médicos e condições de locomoção para hospitais, elas viajavam a pé, arriscam em rios, igapós, igarapés e enfrentam os desafios da natureza.

São mulheres que vão onde a gestante espera pelo toque das suas mãos, pelas rezas e cantos que fortalecem o espírito e suprem a falta de políticas públicas de assistência à saúde. A participação e atuação de Mãe Xanda marca a história do município de Lafaiete Coutinho com o ofício de partejar exercido por quase cinco décadas.

Na região não havia estradas em condições de tráfego, por isso sua função era ajudar as mulheres a terem seus filhos. Por conta dessas e outras carências existentes, o ofício de parteira na comunidade era muito requisitado também pelo fato de o território do município ser muito extenso e o deslocamento ser feito na maioria das vezes à tração animal. A população via nela uma pessoa amiga e

companheira que ajudava nas horas mais difíceis e nessa condição o constrói sua identidade.

Os estudos de Hall (2004) mostram “o fator que contribui para a reconstrução dessa identidade e como se faz o sentimento de pertença a uma determinada cultura”. Este sentimento contribui para que o sujeito busque traços culturais, seja por meio da sua etnia, bem como de sua identidade cultural em um constante processo de formação. Nesse sentido, Mãe Xanda desenvolveu sua identidade em sua relação com a comunidade deixando um legado.

CONSIDERAÇÕES

O ato de partejar exercido por Mãe Xanda durante décadas no distrito de Três Morros permitiu a construção de sua identidade como mulher negra e parteira que deixou um legado para a população do município de Lafaiete Coutinho, mas nem por isso, saiu da invisibilidade e foi reconhecida por um trabalho de relevância social e de promoção de saúde local.

A investigação apresenta relevância social, por que se propõe reconstituir parte da história dessa mulher na localidade. Nesse sentido, ressalta-se que a preservação das memórias da população é de fundamental importância para o seu desenvolvimento e manutenção de identidades, onde os registros dos feitos históricos e da cultura local tem sido uma estratégia para a reafirmação da memória de um povo.

As mulheres, como Mãe Xanda, aprenderam naturalmente e com a prática o trabalho de partejar e cuidar. Em condições de trabalho precárias se viam na única condição de realizar um trabalho em domicílio. Nas famílias realizavam-se cuidados à mãe e ao bebê, muitas vezes muito além do parto com apoio emocional, afetivo.

Destaca-se a paciência para atender à necessidade de que o parto fosse normal, considerando que não havia outras possibilidades pela total ausência de médicos, falta de hospitais, estradas vicinais sem condições de tráfego, carência de meios de transporte e, sobretudo, falta de ferramentas, instrumentos e até medicamentos. Entretanto, realizavam seu trabalho com desprendimento e a compensação vinha do reconhecimento social individual por parte dessas mulheres, crianças e suas famílias.

Por fim, para responder à questão geradora dessa investigação: Por que o trabalho da parteira foi tão insignificante do ponto de vista da história local? Ora, a invisibilidade do trabalho de mulheres negras e pobres está relacionada com a construção da identidade étnica, com as questões de gênero e de condição social. Ou seja, o reconhecimento é pontual para aqueles que souberam de sua história e de uma maneira ou de outra foram beneficiados por ela

REFERÊNCIAS

- ABREU, I. P. H. **Trabalhando com Parteiras Tradicionais**: a experiência do Ministério da Saúde no período de 2000 a 2004. Brasília, 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde). Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- ALBERTI, Verena. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- CAPIBERIBE, J. Os Anjos da Floresta: In: JUCÁ, L.; MOULIN, N. (Org.). **Parindo um mundo novo: Janete Capiberibe e as Parteiras do Amapá**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 21.
- COTTA, João Eduardo D'ávila; FARIA, Anna Luisa Santos de; SANTOS, Julya Fernanda Alves dos; MARTINS, Liziane. **Parto Humanizado**: limites e possibilidades. Brazilian Journal of Development. Curitiba, v. 6, n. 11, p.89054-89070, nov. 2020. ISSN 2525-8761. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/20005/1603089054.pdf>. Acesso em 03 fev. 2021.
- HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Traduzido por: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 9ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 14ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia Século XIX**. Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 5, nº 10, p. 200-212, 1992.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992